

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença do vereador do município de Araranguá, Kila Ghellere, do PSD, do seu partido, deputado Kennedy Nunes.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Hoje a Câmara de Vereadores do município de Araranguá está presente no Legislativo catarinense, para trazer uma denúncia muito importante daquele município.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feito o registro, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, cumprimento os srs. deputados e deputadas desta Casa, também os ilustres visitantes que acompanham esta sessão do Parlamento catarinense e quem está nos acompanhando pela TVAL e pela nossa Rádio Alesc Digital.

Deputado Neodi Saretta, nosso líder, deputado Sandro Silva, deputado Kennedy Nunes, não sei se vou traduzir através de palavras ou através da emoção a minha indignação no dia de hoje, que já vem pautaada, sr. presidente, depois que tomei conhecimento já há muito tempo, eis que trabalhamos inclusive com a bancada feminina desta Casa e também com os homens deputados, do que tem acontecido no estado de Santa Catarina, dos números de violência que as mulheres catarinenses têm vivido. É alarmante!

Eu trago o relatório que deve ser do conhecimento do nosso governador, mas que não tem nenhuma ação prática para inverter essa situação, mas quero me socializar com todos os senhores e senhoras e também com a população catarinense, para que isso não se torne uma banalidade no nosso estado e também para não dizerem que no nosso estado tudo pode, porque não há punição.

Infelizmente, estamos falando de mulheres, de meninas, de futuras mães. E não cuidando das mulheres e das meninas, não estaremos cuidando da nossa sociedade, porque as mulheres também detêm e precisam ser resguardadas nos seus direitos. Elas precisam de proteção, e tem que haver proteção do estado.

(Passa a ler.)

"Estamos vivendo em Santa Catarina um descaso total com o bem mais precioso que todo o ser humano tem, que é o problema da vida. Estamos falando de vida, de dignidade, de respeito.

Estamos vendo, cotidianamente, o futuro de crianças, de jovens, de mulheres sendo ceifado e/ou violado por crimes bárbaros que nos deixam indignados e fazem aqui clamar por justiça. Porque a pior coisa é o silêncio! Quando ninguém tem coragem de falar isso se torna uma banalidade.

Estou falando do aumento absurdo, srs. deputados, dos casos de estupro no estado de Santa Catarina. Somos o terceiro estado da nossa Federação com mais casos de estupro no Brasil.

São 45 casos para cada 100.000 habitantes. Itajaí e Joinville são os municípios que apresentam os maiores índices de estupro.

Esse tipo de crime atinge jovens, adolescentes, crianças e mulheres de todas as classes, raças, etnias nas diferentes fases de sua vida e muitas vezes o seu imaginário é destruído, como correu, só para citar como exemplo em Nova Erechim.

Luciane, uma jovem de 17 anos, repleta de sonhos, foi estuprada e morta, seu corpo foi encontrado às margens da BR-282, em dezembro de 2013. Essa jovem, dias antes, tinha desenhado uma autobiografia do seu futuro. Queria ser publicitária na Universidade Comunitária de Chapecó, sonho que foi destruído por esse tipo de violência que não encontra explicação na concepção de mundo".

Também temos um exemplo no município de Lages, em que foi encontrada uma mulher morta e do lado uma criança de dois anos. Quando essa senhora levava a criança para a creche sofreu estupro e foi morta. E a criança estava desacordada porque também foi violentada.

(Continua lendo.)

"Na quinta-feira passada mais um crime bárbaro desta natureza nos chocou: uma jovem de 19 anos foi estuprada em Blumenau. O estuprador foi preso e por determinação do juiz só permaneceu preso por

13 horas. Essa foi uma coisa que me indignou também quando tomei conhecimento no dia. O criminoso está solto”.

Eu gostaria de apresentar até um vídeo para vocês do que a imprensa está retratando sobre a indignação da minha comunidade, porque até agora o criminoso está solto.

(Continua lendo.)

“Réu confesso, srs. deputados! As câmaras de segurança perceberam quando ele estava fazendo esse tipo de crime bárbaro, que é o estupro. Ele foi réu confesso, e o juiz não deixou esse cidadão preso, com a justificativa de que não tinha antecedentes criminais, que tinha um local certo de residência e um lugar fixo de trabalho.

Preso em flagrante, as imagens comprovam que foi ele, e o mesmo falou que cometeu o crime, mas está solto. Ficou menos de 12 horas preso.

Eu quero perguntar a todas v.exas.: o que está sentindo essa moça neste exato momento, quando está gravemente agredida, eis que foi violentada e o seu agressor está solto?”

Eu vejo dois problemas: a moça, deputada Padre Pedro Baldissera, que tem 19 anos, que mora próximo à casa do agressor, que teve a coragem de denunciá-lo, não estará correndo risco de vida? Porque psicologicamente ela já foi afetada, srs. deputados!

V.Exas., que têm filha, ou esposa, ou irmã, ou mãe, saberiam o que fazer, se isso acontecesse com uma das mulheres do seu relacionamento? Pergunto ao juiz Daniel, da minha cidade, que se fosse alguém da sua família, ele iria agir da mesma forma, soltando o agressor? E o Ministério Público da minha cidade, que não tomou conhecimento ainda, mas sei disso por outras vias, manda prender, mas esse juiz manda soltar! Será que se fosse um parente desse juiz esse agressor estaria solto? Certamente que não!

Por isso, temos que incorporar a dor da vítima, dessa moça de 19 anos, que a meu ver já está abaladíssima, mas teve a coragem de fazer a denúncia.

Outro problema que estamos enfrentando é que, se esse agressor está solto, tudo pode na cidade de Blumenau? Podem acontecer outros estupros na nossa cidade ou no estado de Santa Catarina e ninguém mais será preso. E as mulheres ficarão à mercê desse tipo de violência? O que querem para as nossas mulheres, senhores?

A bancada feminina desta Casa, e tenho certeza de que v.exas. também estão juntos, acredita nessa luta. Inclusive hoje temos uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça, para levar esse caso e outros dos quais temos conhecimento, bem como também determinamos na reunião que tivemos hoje pela manhã que o governador do estado também precisa estar atento para essa situação.

Que justiça é essa que prende o agressor e 12 horas depois manda soltar, com a alegação de que ele não ameaça a ordem pública? Os policiais civis e militares da minha cidade até agora não entenderam essa ação!

Que mensagem esse juiz está passando para a sociedade?

Fico pensando como romper com essa realidade que ceifa vidas, que faz com que sua vítima tenha seu imaginário roubado, sua vida destruída, que agora terá que ficar escondida da vida pública, porque teve coragem de falar, mas está se sentindo ameaçada pelo agressor que anda livremente na frente da sua casa. O que adiantou ela denunciar?

Esse certamente não foi o primeiro crime dele. Pelas imagens que observei, através da câmera de segurança, não foi o primeiro crime. Tenho certeza de que outras mulheres ou meninas foram violentadas. Mas uma teve coragem. E essa que teve coragem não recebeu da Justiça o seu devido tratamento, porque esse agressor deveria ser preso e condenado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputada, quero fazer das suas as minhas palavras e dizer que v.exa. e a bancada feminina podem contar com o irrestrito apoio deste parlamentar na

audiência que terão com o Tribunal de Justiça, porque também considero muito absurda a ideia de alguém ser preso, confessar o crime de estupro e ficar apenas 12 horas na cadeia. Desconheço. Então, de fato precisa-se tomar uma providência que venha de cima, do Poder Judiciário do estado de Santa Catarina.

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Essa moça da minha cidade e outras mulheres e outras meninas tiveram coragem de denunciar, mas se o Judiciário e o governo do estado de Santa Catarina não fizerem a sua parte, não sei que sociedade vamos ter futuramente! Viveremos uma barbárie, acredito!

Temos que romper com esse silêncio de muitos e criar um mecanismo para decretar o fim da impunidade desses criminosos. Porque para mim isso é crime. Eu não sei o que as autoridades de Blumenau vão fazer com esse moço que está solto, porque a indignação é grande. Casos como esse que citamos nos causam realmente revolta, indignação e clamor por justiça.

Então, srs. deputados, manifestaremos novamente depois que voltarmos do Tribunal de Justiça, porque não queremos que isso aconteça com as mulheres e com as meninas do nosso estado. Temos que diminuir esse número e sanar esse problema de violência que tem acontecido em todos os cantos do nosso estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputada Ana Paula Lima, temos que dar o cartão vermelho para essas pessoas que atuam dessa forma na nossa sociedade. Cartão vermelho para elas! Homem que é homem não bate em mulher, pois é covardia! E é nessa mesma direção, na mesma linha, que demos entrada a um projeto de lei nesta Casa, que trata do monitoramento eletrônico, exatamente para coibir com esse tipo de relação e de ação por parte dos réus contra as vítimas.

Então, nesse espírito, esperamos que a Segurança Pública possa avançar nesse sentido, até mesmo para diminuir os gastos com relação àquelas pessoas que são presas. O monitoramento eletrônico

diminui em 2/3 os gastos com as pessoas que cometem esse tipo de violência na sociedade.

Esta Presidência gostaria de registrar a presença dos vereadores do município de Araranguá, Jacinto Dassoler e Luiz Braz Paulino.

Sejam todos bem-vindos a este Parlamento.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pela TVAL e pessoas que nos ouvem pela Rádio Digital.

Novamente, gostaria de saudar os funcionários da Fundação Catarinense de Educação Especial, que se fazem presentes em nosso plenário.

Sr. presidente, num primeiro momento, gostaria de parabenizar a ação da Polícia Militar na cidade de Joinville, que tem montado várias barreiras policiais para coibir a marginalidade, a criminalidade, e tem tido êxito na operação.

Então, fica o nosso registro, parabenizando o trabalho dos policiais militares de Joinville no combate ao crime e à marginalidade.

No sábado, infelizmente, deputado Kennedy Nunes, lá em Paranaguamirim, pegaram um assaltante de supermercados, mas esse é o papel da Polícia, realmente tem que combater o crime, prender quem faz mal à sociedade.

E gostaria também de deixar registrada aqui a felicidade da cidade de Joinville que no último domingo conseguiu a classificação para as finais do Campeonato Catarinense, depois da vitória por 1x0 diante do Criciúma. Agora, Joinville espera, deputado Kennedy Nunes, o domingo para conhecer o adversário que vai sair justamente entre Criciúma e Figueirense.

Quero parabenizar também a diretoria do Joinville Esporte Clube, pelas diversas ações que vem fazendo junto à sociedade, junto à comunidade joinvilense, com a campanha de sócio torcedor, que é uma das mais exitosas no estado de Santa Catarina, visando a alcançar os dez mil sócios e também proporcionando vários tipos de benefícios

para quem se associa ao Joinville Esporte Clube, com desconto em lojas, supermercados e clínicas.

Realmente é um trabalho muito bem feito pela gerência de marketing do Joinville Esporte Clube. E o time, por sua vez, tem ajudando com resultados em campo, levando mais joinvilenses para sócios do nosso Coelho, do nosso JEC.

Eu gostaria de fazer um registro também de que ontem estive presente no 4º Fórum de Gestores de Cultura do Estado de Santa Catarina, que aconteceu no Hotel Vila Real, lá em São Francisco do Sul, onde estavam presentes 100 gestores de cultura, de 180 municípios de Santa Catarina, debatendo políticas públicas voltadas para a cultura em nosso estado.

Participei de uma mesa que debatia o sistema nacional de cultura, que visa à transferência de recursos do Fundo Nacional de Cultura para o Fundo Estadual de Cultura. E uma das queixas dos gestores é, infelizmente, a respeito do governo do estado de Santa Catarina que, acredito, o mais breve possível irá corrigir esse erro, fazendo a adesão por completo ao Sistema Nacional de Cultura, para que Santa Catarina não perca, como perdeu no ano passado, recursos que vem, fundo a fundo, a Santa Catarina para a cultura.

Então, essa foi uma das queixas também.

Quero dizer que um dos pedidos que o Conselho de Gestores Municipais de Cultura, Congesc, que está organizando o evento, fez a esta Casa foi que os deputados fizessem a solicitação e trabalhassem no sentido de que o governo do estado crie uma secretaria exclusiva para a cultura no estado de Santa Catarina, já que possui ações e peculiaridades especiais.

Portanto, esse é um dos pedidos do povo da cultura, como eles mesmos dizem, ao governo do estado. Também o Congesc comentou uma PEC que apoiamos ou coassinamos juntamente com o deputado Padre Pedro Baldissera e com a deputada Angela Albino, no sentido de que sejam compostos na sua maioria de membros da sociedade civil os diversos conselhos do estado de Santa Catarina.

Então, somos favoráveis também para que os conselhos tenham na maioria de sua composição membros da sociedade civil, como também que a presidência dos conselhos seja eleita pelos conselheiros, nos próprios conselhos.

Ontem, quando fui a São Francisco do Sul, por curiosidade, deputado Dirceu Dresch, acabei entrando na estrada do Ervino, uma das obras que o governo do estado está fazendo na região, e pude ver que a obra está quase finalizada. Em relação à sinalização, está faltando alguns detalhes para que a obra seja entregue de fato para a sociedade.

Então, é uma obra que realmente vai fazer com que a praia do Ervino, a região do Ervino, desenvolva-se. Essa é mais uma obra que foi entregue em São Francisco do Sul, em Laranjeiras, como também a estrada de Gibraltar que tem o mesmo acesso da praia Vila da Glória, em São Francisco do Sul.

Gostaria de registrar que hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado um requerimento de minha autoria que solicita a realização de uma audiência pública para debater dois projetos que foram pensados pela deputada Ana Paula Lima, cujos n.s são 0017/2014 e 0572/2013, que visa a aumentar o número de negros nas campanhas publicitárias tanto do setor privado de Santa Catarina como também nas campanhas oficiais do governo do estado.

Então, esse requerimento foi aprovado hoje pela manhã, e vamos entrar em contato com todos os diversos movimentos negros do estado de Santa Catarina. Iremos também convocar atores e modelos negros do estado e órgãos que representam o setor de publicidade e propaganda de Santa Catarina para debater por que há pouquíssima representação, pouquíssima presença de negros nas diversas campanhas publicitárias, sejam em jornais, *out door* ou televisão.

Assim, queremos que nos expliquem por que essa pouca representatividade, já que os negros em Santa Catarina correspondem a 1/6 da população, ou seja, quase um milhão de pessoas consumindo vestuário, alimentação, imóveis.

Então, queremos saber por que essa pouca representação, já que a população negra representa 1/6 da população deste estado, quase um milhão de pessoas que acabam consumindo produtos de vestuário, de alimentação ou imóveis. Queremos saber dos que fazem publicidade, propaganda, comunicação neste estado por que a pouquíssima presença de negros nas campanhas publicitárias em Santa Catarina.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença dos vereadores Ronaldo Soares, Adair Jordão, do município de Araranguá, e do sr. vereador Dilmo Antônio Folster, de Urubici.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queria voltar a saudar o vereador Lulu, de Araranguá, grande liderança acompanhada das sras. Salvelina, Mara e Camila, para uma reunião da secretaria da Saúde, do hospital de Araranguá. Quero registrar o trabalho que o vereador faz com a comunidade.

Gostaria de falar da condição das nossas estradas. Hoje viajei de São Miguel d'Oeste até Chapecó, e aquele trajeto entre a fronteira até Nova Erechim é inaceitável.

Há pouco tempo o governo federal fez a manutenção daquelas rodovias. Mas é preciso se estudar uma alternativa. Não dá para continuar da forma como está. Faz-se uma licitação para a recuperação. Realizam uma recuperação sem garantia, uma operação tapa buracos que parece não ter durabilidade por mais de um ano. Temos que mudar essa sistemática tanto no governo federal quanto no estadual.

Até peguei na *internet* um estudo realizado sobre essa questão, de Liliane Galvão Colares: Concessão Administrativa - Gerenciando a Manutenção de Rodovias por Parâmetros de Desempenho.

Hoje, fazem uma operação tapa buracos, mas depois de seis meses o problema está igual ou pior, e a população fica pagando por esse custo. Então, o estado precisa encontrar uma forma de pagar a manutenção por período. Uma empresa tem que ganhar a licitação para manter a rodovia por três anos e meio e recebendo pagamentos semestrais ou trimestrais pela manutenção da estrada.

Hoje se faz a recuperação da rodovia, e quatro meses depois a rodovia está detonada. Ninguém tem nada a ver com aquilo ali, ninguém fiscaliza.

Sei que o Ministério Público Federal entrou com algumas ações por causa de recuperação de rodovias que não atenderam aos parâmetros necessários. Então, precisa-se estudar uma nova forma. É preciso mudar essa questão, porque é possível, pois a legislação brasileira permite. O estado tem que pagar pela manutenção da rodovia, não pela recuperação que não dá garantia nenhuma de manutenção.

Então, tem que se fazer contrato administrativo, fazer licitação, mas com o objetivo efetivamente de que as rodovias tenham uma manutenção permanente e não porque foi lá, colocou uma camada, pintou a faixa. E aí fica o governo federal, o governo estadual, com a responsabilidade da manutenção, enquanto as empresas que fizeram a obra se omitem.

Entendo que não tem que se pagar para recuperar. Mesmo não pedagiando, o estado tem que pagar pela manutenção das rodovias federais.

Então, é um assunto sobre o qual quero discorrer mais, pegar o material, estudar as possibilidades, investigar a forma de contratar, porque vejo que isso deve ser nos órgãos, nos mecanismos que têm a obrigação de manter as rodovias.

Por outro lado, sr. presidente, quero me irmanar ao discurso feito pela deputada Ana Paula Lima com referência à questão da violência. A violência familiar é a violência mais grave que existe, porque é aquela que deixa resquícios muitas vezes em crianças, em famílias, por uma vida toda. Nós falamos que a pior violência

familiar não é a física, mas a psicológica. E lamentamos, como toda a sociedade, que a nossa legislação seja tão benevolente com os criminosos, permita que um estuprador preso em flagrante, como ocorreu em Blumenau, fique menos de 12 horas na prisão e seja liberado.

Então, em Brasília, o Congresso Nacional tem que acordar para a questão da criminalidade. A questão da criminalidade está intimamente ligada à impunidade. As pessoas sabem que estão praticando crimes e que não estão sendo responsabilizadas, penalizadas. Que exemplo se dá com isso? Então, temos muito mais do que qualquer outra coisa cobrar a mudança da nossa legislação.

Foi feita a Constituição de 88 procurando humanizar as penas. Cada mudança da legislação torna mais leve a aplicação de pena, e quem pratica crime acaba ficando em liberdade. E essa impunidade é um incentivo à criminalidade.

Vemos os presídios lotados. Todos os dias temos prisão de traficantes, assaltantes, estupradores, mas no outro dia estão soltos nas ruas. Ou mudamos as nossas leis ou vamos para o caos social.

Tem que fazer presídios, manter o criminoso preso. Cadeias não recuperam. Não tem mágica nenhuma que consegue fazer alguém entrar por uma porta bandido e sair por outra recuperado. Então, pelo menos que esse criminoso fique lá segregado, fora da sociedade, pois não estará aqui praticando mais crimes.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Diz o ditado que cachorro ovelheiro só matando, ou seja, quando não tem jeito, tem que matar.

Gostaria de colaborar com a fala da deputada Ana Paula Lima e dizer que, neste momento, está sendo julgado Carlos Andrade, 39 anos, que foi o assassino de Vitória Schier, menina de 13 anos. Ele a estuprou e matou. Mais um caso de violência contra a mulher, neste caso uma criança que tinha

toda a vida pela frente, mas que se ficasse viva teria todos os traumas psicológicos.

Assim, hoje, está sendo feito esse julgamento lá em Joinville.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - A sociedade espera que a Justiça seja rigorosa e a pena seja cumprida, porque hoje um marginal acha que não será descoberto, se for condenado não cumprirá e se for cumprir logo será liberado; então, na verdade, a legislação que temos no país é um incentivo, infelizmente, à criminalidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar as diversas autoridades que estão presentes. E de forma muito especial registro a presença do prefeito Vitor Faccin, de Ouro, que está aqui tratando de assuntos do interesse do referido município e acompanhando a presente sessão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

A próxima oradora inscrita para falar é a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente. Antes da minha fala propriamente, gostaria de anunciar com alegria a presença aqui em plenário do Yuri Becker dos Santos, presidente da União Catarinense de Estudantes. Esta Casa dá as boas-vindas à nossa UCE.

Também temos a presença do nosso ex-vereador de Florianópolis, de muitas histórias em Santa Catarina e, particularmente, em Florianópolis, o Aluísio Amorim, que vem aqui, hoje, junto com o sr. Moreira para defender assuntos ligados ao

futsal da capital, através da equipe de Floripa Futsal.

Sejam bem-vindos.

Sr. presidente, o pronunciamento que desejo fazer na tarde hoje diz respeito a este dia.

(Passa a ler.)

"No dia 25 de março, o Partido Comunista do Brasil completa 92 anos de existência. O mais antigo partido político do país identifica-se com as mais sentidas causas do povo brasileiro. Ao longo dessas mais de nove décadas, as gerações de comunistas deram o melhor de si pela conquista da democracia, da soberania nacional e do progresso social.

Surgido sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro que deu lugar à criação do primeiro Estado Socialista, a União Soviética fez um longo aprendizado teórico, com altos e baixos, por caminhos sinuosos e difíceis, até alcançar a maturidade político-ideológica de um partido de vanguarda, marxista-leninista, voltado para o objetivo de edificar o socialismo científico.

A existência do partido da classe operária e de todos os trabalhadores e trabalhadoras vincula-se à elaboração e permanente desenvolvimento e enriquecimento da teoria da transformação radical da sociedade. O Partido Comunista e a teoria do socialismo científico são indissociáveis.

Como dizia Marx, não se trata apenas de interpretar o mundo, mas principalmente de transformá-lo. E o partido é precisamente o instrumento para essa transformação.

'A questão-chave da construção partidária está na ideologia', dizia o camarada João Amazonas, em documento, por ocasião do 70º aniversário do PCdoB. 'De modo geral - prosseguia - não se trata de organizar um partido qualquer à imagem e semelhança dos que existem no sistema da burguesia, mas um partido baseado na ideologia da classe operária, o marxismo-leninismo, doutrina que fundamenta o caminho da derrubada do capitalismo e de suas instituições obsoletas, bem como a via para edificar o socialismo e o comunismo.'

O Partido Comunista não se limita a difundir suas concepções doutrinárias. Sendo uma organização que luta para conquistar o poder político para os trabalhadores e a maioria da população, uma organização também essencialmente política, que faz política diuturnamente, imersa no curso real dos acontecimentos, na vida cotidiana do povo. É o partido de todos os embates políticos, econômicos, sociais, culturais que constituem a dinâmica da vida da sociedade.

Em diferentes períodos de sua história, o Partido Comunista do Brasil foi duramente perseguido. Sua liquidação foi mais de uma vez anunciada pelos verdugos da reação, responsáveis pelo assassinato de centenas de seus membros e dirigentes. Contudo, esses métodos brutais jamais alcançaram destruí-lo. Qual a Fênix, o PCdoB sempre encontrou os meios de se recompor e prosseguir a luta pelos objetivos a que se propôs desde o início da sua existência.

Apesar de perseguido, o Partido Comunista do Brasil sempre deu valiosas contribuições à luta do povo brasileiro por transformações sociais e políticas progressistas. O partido sempre lutou pela democracia no país, enfrentou as ditaduras e regimes autoritários. Nas Constituintes de 1946 e 1987-1988, deu rica contribuição para dotar o país de uma Carta Magna democrática. Igualmente o PCdoB sempre foi um baluarte da luta pela soberania nacional, o desenvolvimento e a justiça social.

Na legalidade há já três décadas, o partido se tornou parte destacada da vida política nacional. Amplamente conhecido do povo brasileiro, exercita políticas de aliança credenciando-se como indispensável interlocutor político. Afiança-se como uma força política capaz de assumir significativas responsabilidades nacionais, capaz de propor e executar políticas que abrem caminho para o avanço do país no aprofundamento da democracia, no reforço da soberania nacional e na conquista do desenvolvimento, do progresso e da justiça social.

Para avançar, o Brasil precisa de uma força de esquerda consequente e revolucionária e, numa

perspectiva estratégica, de um partido com forte identidade político-ideológica e de classe, enraizado na vida do povo brasileiro.

O Partido Comunista do Brasil segue o caminho da luta pelo socialismo acumulando forças nas novas condições. Muitas vitórias foram conquistadas, inclusive - a maior de todas até agora - a instauração por meio de eleições democráticas dos governos progressistas de Lula (2003-2010) e do atual governo da presidente Dilma Rousseff.

O 13º Congresso do PCdoB, realizado em novembro passado, reafirmou as linhas do Programa Socialista, a luta pelo desenvolvimento nacional e as reformas estruturais democráticas. Para isso é indispensável um movimento de massas fortes, uma frente das forças democráticas, patrióticas, progressistas, de esquerda, que reúna os partidos políticos, as personalidades independentes e os movimentos operários e populares.

No informe que apresentou ao congresso do PCdoB, em novembro passado, o presidente nacional Renato Rabelo sintetizou nesses termos a fase atual do desenvolvimento do partido: 'Em termos de balanço, quero destacar que o partido soube reger a sua construção, combinando a expansão de suas fileiras com a afirmação de sua identidade comunista. Aproveitamos o terreno fértil desse decênio para promover uma crescente presença junto às massas populares, às mulheres, à juventude e aos setores progressistas da intelectualidade' (...) 'Esta expansão do partido vem da força e justeza de sua orientação política e realiza pela aplicação crescente das frentes de acumulação de força'...

O crescimento e o fortalecimento do PCdoB não constituem uma causa exclusivista, mas algo que diz respeito ao presente e ao futuro da luta do povo brasileiro.

Há 92 anos, uma mesma cara, uma mesma história, um mesmo partido. Viva o povo Brasileiro. Viva o Partido Comunista do Brasil."

Nesta data, tenho a honra de poder dizer que é o último ano que comemoro o aniversário do meu

partido, como integrante desta Casa, porque o meu partido já decidiu que não concorro à reeleição para deputada estadual. Portanto, em quase tom de despedida, digo que sou muito grata ao PCdoB por tudo que me trouxe, por tudo que me ensinou, por tudo que tive a oportunidade de viver.

Como parte do povo, filha de pedreiro, filha de costureira, hoje tenho a tarefa de presidir o nosso partido no estado de Santa Catarina e também representá-lo perante esta Assembleia Legislativa; portanto, quero dizer muito obrigada ao Partido Comunista do Brasil que foi o primeiro partido nacional do povo brasileiro e que agora, no dia de hoje, completa 92 anos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada Angela Albino, muito bom o texto da carta que v.exa. leu. Quero parabenizá-la pelo que esse documento representa neste momento, o qual traz todo o conteúdo de um partido político nos seus 92 anos. E com certeza traz grande contribuição nas transformações, nas mudanças para a nossa população brasileira.

Nós do Partido dos Trabalhadores, faço também em nome da nossa bancada, cumprimentamos v.exa., o partido especialmente, por essa bela história. Sempre estivemos juntos nas trincheiras de lutas pelas diretas, como em outros grandes desafios, por exemplo, pelo fim da ditadura militar neste país e em outras tantas batalhas que fizemos juntos. Por isso, estamos parabenizando, em nome do nosso partido, da nossa bancada, o PCdoB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch. De fato caminhamos juntos desde 1986, na eleição da Luiza Erundina. E lembro-me de que o Lula, no Encontro Nacional do PCdoB, quando declaramos o voto à Dilma Rousseff, falou que foi o único partido que esteve com ele em todas as eleições, mostrando que a nossa aliança é estratégica e não tática, meramente eleitoral. Em todas as eleições o PCdoB fez uma grande campanha e empenhou-se grandemente,

fortemente, pela vitória do povo brasileiro. E esperamos agora em outubro consagrar a quarta vitória do povo brasileiro, porque o PCdoB se sente copartícipe e honra em nome do Partido dos Trabalhadores essa fase nova, esse novo momento que o povo vive.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de manifestações de deputados do PP, o segundo horário está reservado ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, o horário seguinte está reservado para o PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero saudar os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

É uma satisfação podermos neste momento, mais uma vez, ocupar a tribuna desta Casa, a Casa do Povo de Santa Catarina, para abordar um assunto relacionado com a nossa região, o vale do Itajaí, mais especificamente o dia do rio Itajaí-Açu.

Srs. deputados, antes de entrar efetivamente neste assunto, gostaria de fazer alguns comentários e transmitir da tribuna desta Casa os cumprimentos ao nosso glorioso PMDB que ontem completou 48 anos. É o partido mais antigo do Brasil, e no dia 24 de março, ontem, portanto, comemoramos seu aniversário.

Faço referência ao município de Timbó, no médio vale do Itajaí, que hoje, dia 25 de março, completa 80 anos de emancipação político-administrativa; Indaial, mais uma cidade pujante,

que compõe a economia catarinense, na última sexta-feira também completou 80 anos de emancipação político-administrativa; assim como o município de Gaspar completou 80 anos de emancipação político-administrativa, no último dia 18 de março; e a cidade que resido, que escolhi para viver, Ibirama, no dia 11 de março também completou 80 anos de emancipação.

São quatro pujantes cidades localizadas no vale do Itajaí que têm contribuído muito para o desenvolvimento de Santa Catarina e em especial para a qualidade de vida dos catarinenses que escolheram essas cidades para viver, para morar.

Solicito à assessoria desta Casa que comece a rodar o vídeo relacionado ao rio Itajaí-Açu, sobre o qual me pronunciarei.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Passa a ler.)

"Srs. deputados, sras. deputadas, funcionários da Assembleia Legislativa, visitantes, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, imprensa presente, hoje é celebrado o Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu, instaurado pela lei de minha autoria, n. 0395/2012, mas os habitantes do alto vale do Itajaí ainda não têm muito a comemorar.

No telão está passando algumas imagens do rio Itajaí-Açu, e peço atenção de todos os colegas deputados para que acompanhem as imagens.

Na tentativa de respiro esse importante curso de água, ao invés de ser tratado como uma pérola, como fonte de vida, está morrendo aos poucos em função de toda sorte de agressões possíveis.

A poluição ocasionada pelo lançamento indiscriminado de lixo, esgoto e agrotóxicos, além da destruição das matas nas margens e a ocupação irregular do solo, são os principais exemplos de descaso com o nosso grande rio.

Senhores, foi por este e outros motivos que criamos a lei que institui hoje, dia 25 de março, o Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu. Dia de conscientização e, acima de tudo, para que todos tenhamos consciência da importância da preservação

deste cenário. É dia para lembrarmos a importância da preservação também das águas do rio Itajaí.

As enchentes que ocorreram nas cidades onde o rio Itajaí corta também é um grande problema para toda população. Precisamos todos os anos discutir este tema, não só esperar o rio invadir as cidades. Vamos discutir agora, hoje, dia 25 de março, Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu.

O rio Itajaí-Açu é a maior bacia hidrográfica da vertente atlântica de Santa Catarina. Vou repetir esse dado: o rio Itajaí-Açu é a maior bacia hidrográfica da vertente atlântica de Santa Catarina. Vejam a importância deste rio, senhores. Ele abrange 52 municípios, com cerca de um milhão de habitantes, dos quais 76% concentram-se nas áreas urbanas desses municípios. Possui três barragens para contenção de água, uma em Ituporanga, sob o rio Itajaí do Sul; outra em Taió, sob o rio Itajaí do Oeste; e outra na cidade de José Boiteux, sob o rio Itajaí do Norte ou popular rio Hercílio.

O rio também possui uma usina hidrelétrica chamada Salto Pilão. O volume de lixo é tanto no rio Itajaí que a usina chega a parar o funcionamento das turbinas de geração de energia elétrica cerca de 40 vezes por mês e tira duas caçambas carregadas de lixo por mês. Srs. deputados, são 40 toneladas de lixo. Isso é um absurdo.

A usina Salto Pilão tem realizado, desde 2012, a campanha Rio Itajaí Pede Nossa Ajuda, que é muito importante para a conscientização da população.

A triste situação do rio Itajaí-Açu se consolida em um grande problema e representa um enorme desafio para toda a comunidade regional e estadual, que deve utilizar a água de forma prudente, evitando desperdício e a sua poluição.

Outra informação importante, srs. deputados, é que a cidade de Ituporanga tem um índice muito elevado de câncer por habitante devido ao uso de agrotóxico nas lavouras. Essas embalagens acabam parando no rio Itajaí-Açu.

Diante dessas imagens, srs. deputados, gostaria de fazer uma referência toda especial à Usina Salto Pilão, ao Consórcio Empresarial Salto Pilão, que juntamente com as iniciativas das Câmaras Municipais de Vereadores, das prefeituras municipais, desses 52 municípios, através também do apoio da Assembleia Legislativa, procura, sempre que possível, divulgar o trabalho incessante de conscientização dessa empresa.

Esse aqui é o quarto boletim técnico distribuído aos 52 municípios, que alerta, principalmente, as nossas crianças, os alunos que compõem a rede estadual de ensino, as redes municipais de ensino e também a rede particular de ensino sobre a preservação desde a sua tenra idade.

Então, gostaria, neste momento, sras. deputadas e srs. deputados, de fazer um agradecimento ao Consórcio Empresarial Salto Pilão pelo fato de ter adotado essa déia, liderá-la e de ter feito, acima de tudo, com que as escolas existentes nesses 52 municípios fizessem a sua adesão ao programa de despoluição do rio Itajaí-Açu.

Sr. presidente e srs. deputados, são fotos que realmente demonstram quanto a população da região que o rio Itajaí-Açu corta está despreparada no que tange à sua preservação.

Assim sendo, gostaria aqui, na condição de deputado que representa a região do alto vale, de fazer uma alusão ao primeiro aniversário da lei que cria o dia do rio Itajaí-Açu exatamente para chamar a atenção de Santa Catarina por esse importante desenvolvimento da região. Mas é preciso também a preservação da água."

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Quero parabenizá-lo pela fala, pelo dia desse rio, dessa bacia tão importante para Santa Catarina que abastece cidades, que passa por

dentro de cidades, que tem servido muito, mas que também é uma grande preocupação.

Eu, cada vez que passo perto do rio Itajaí-Açu, deputado Aldo Schneider, sempre olho para as barrancas, para a beira do rio e acredito que precisaríamos implantar uma política de recuperação de todas as margens com reflorestamento.

Acredito também que o pagamento de serviços ambientais para aquela região seria uma política muito importante. Quem sabe devamos começar pela bacia do rio Itajaí-Açu, fazer a recuperação da mata ciliar, porque estamos vendo um desmoronamento muito grande de terra e de barranco para dentro do rio. Isso acaba assoreando, acaba causando um dos grandes fatores das enchentes do rio Itajaí-Açu.

Então, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo e, quem sabe, possamos fazer essa luta junto da remuneração para as famílias que precisam deixar parte dessa área recuperada.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa. e insiro o seu aparte no meu pronunciamento, para que fique registrado nos anais desta Casa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Quero parabenizá-lo pela ideia do Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu, mas esquecendo talvez um pouco o lado trágico, assustador, das enchentes ou mesmo da poluição, quero destacar a beleza do rio, as suas curvas. Nós, que moramos à beira, às margens do rio Itajaí-Açu sabemos, mas talvez muitos catarinenses não saibam, o significado dessa expressão Itajaí-Açu, que quer dizer pássaro de pedra grande. E o pássaro nos fala exatamente isso, da beleza, da liberdade e da vida, e é isso que desejamos para o rio Itajaí-Açu.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa., também agregando suas

palavras ao meu pronunciamento para que fique registrado nos anais desta Casa.

Sr. presidente, seria essa a participação, neste momento, aqui na Assembleia Legislativa, exatamente para que, através da TVAL, possamos levar efetivamente para o estado de Santa Catarina a importância que esse rio tem para os 52 municípios que praticamente dependem da água do rio Itajaí para a sua sobrevivência, mas também chamando a atenção, como fez o deputado Ismael dos Santos, para a beleza do rio e alertando a sociedade para que cada um faça a sua parte. Só o fato de acondicionarmos o nosso lixo de forma correta, depositando de forma correta, já estaremos participando para que o nosso rio tenha uma vida longa.

Então, quero agradecer de uma forma muito generosa, sr. presidente, essa manifestação. Acredito que essas fotos que estão sendo passadas no telão dão uma dimensão do que é o rio Itajaí, o que representa o rio Itajaí e, acima de tudo, do nosso papel no que tange a preservação. Além disso, temos também a demonstração da beleza desses 52 municípios que são cortados pelo rio Itajaí Açu, a beleza do nosso rio, que é uma beleza incontestável, pois vem gente do mundo inteiro para apreciá-la.

Seria isso.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente Padre Pedro Baldissera, queremos, com a permissão do Partido Progressista, usar a palavra, na tarde de hoje, registrando que estamos recebendo a visita de uma comitiva da cidade de Araranguá, formada por vereadores, por empresários e por lideranças comunitárias.

Gostaria de registrar a presença dos vereadores Arilton de Souza Costa, do Partido

Progressista, Jacinto Dassoler, Lourival João, conhecido como cabo Loro, do PMDB, Luiz Braz Paulino, o Lulu, do PSD, Ozair da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, do PT, Volnei Roniel Bianchini da Silva, o Roni, do PMDB, Adair Jordão, Alexandre Pereira, Aquiles Ghellere, do PSD, Geraldo Mendes, Giancarlo de Souza, Luiz Djalma Marcelino, Ronaldo Soares, o Ronaldinho, do PMDB, acompanhados de lideranças do município de Araranguá, que vêm a esta Casa para tratar de uma questão referente ao Hospital Regional de Araranguá.

Este hospital foi fundado em 1986, portanto, já vai longe a sua fundação e, de lá para cá, até hoje, ele já recebeu mais de seis administrações. Ele foi administrado inicialmente pela Fundação São Camilo, depois pela prefeitura municipal de Araranguá, depois por uma fundação privada. Depois teve a Fucri, a Unesc, de Criciúma, que também administrou aquele hospital, depois veio o Instituto SAS, agora mais recentemente e, no momento, a sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina está administrando aquele hospital através de um contrato com o governo do estado.

Entretanto, até hoje, temos visto aqui em Santa Catarina, deputado Kennedy Nunes, o Hospital Regional de São José crescendo, evoluindo, atuando em diversos segmentos da Medicina, e nós, lá do extremo sul, o nosso hospital não evolui.

No meu primeiro ano de deputado estadual nesta Assembleia fiz uma audiência pública lá em Araranguá, no mês de agosto, para tratar exatamente da gestão do hospital, em parceria com a Associação Comercial e Industrial, Aciva, do vale do Araranguá, com a sociedade, quando discutimos e chegamos à conclusão de que tinha que trocar a administração que estava atuando há 16 anos, pois o hospital não evoluía, e quem paga a conta é a sociedade.

De lá para cá o estado já trocou duas administrações, saiu a Afuc, entrou o Instituto SAS e agora SPDM. E hoje os vereadores e a comunidade de Araranguá, neste novo modelo de

gestão, vêm até esta Casa com uma pauta de reivindicações do Hospital Regional, entre elas a reivindicação maior que é a transparência na gestão.

O estado está repassando um valor significativo, e aí temos que considerar isso, pois são R\$ 2,600 dois milhões mensais para a manutenção do hospital. Valor que até há bem pouco não tinha. Mas os serviços não têm evoluído na mesma velocidade. Agora, recentemente, foi feito um novo termo aditivo neste contrato de mais R\$ 900 mil, e a sociedade não tem sido informada de forma correta sobre a aplicação desses recursos.

Por isso, logo mais vamos ouvir desta tribuna os representantes da Câmara de Vereadores, que vão trazer novas informações a respeito, mas é preciso que na tarde de hoje, aproveitando a liderança desta Casa, seja chamada a atenção para a questão do Hospital Regional de Araranguá.

No que se refere à gestão, também precisamos da verdadeira descentralização, deputado Silvio Dreveck, do serviço público. Esse hospital que há 12 anos aguarda uma gestão diferenciada e está a menos de três quilômetros de uma secretaria regional não consegue resolver o problema da gestão do hospital.

Hoje não está faltando recurso em Araranguá. O que a sociedade está clamando é por uma melhor gestão, um melhor resultado e, acima de tudo, transparência na gestão. Essa situação chegou a ponto de a Associação Comercial e uma série de instituições que fazem parte da comissão de avaliação e fiscalização, o CAF, pedir saída dessa comissão pela falta de transparência nas prestações de conta.

Assim, o que eles vêm fazer hoje aqui é uma obrigação do poder público, que é demonstrar onde está gastando o dinheiro, como está gastando e qual o benefício desse dinheiro para a sociedade e para a população.

É isso que a população de Araranguá quer saber dos seus representantes. E aí somos obrigados desta tribuna a elogiar a Câmara de Vereadores de Araranguá, a Aciva que de maneira voluntária está

aqui trazendo um problema do estado, cobrando mais transparência, a correta aplicação dos recursos públicos em saúde no seu município, fazendo com que a população não precise sair de seu município e vir de carro, de madrugada, a Florianópolis, encher os nossos hospitais onde já não cabem mais doentes.

Temos um hospital do estado. É a maior instituição pública do estado na região do vale de Araranguá, cuja administração há quase 30 anos não tem respondido às necessidades que temos lá de atendimento efetivo da saúde da nossa população.

É esse o clamor! Agora, não falta dinheiro! Tem hospital! Está faltando transparência, comunicação com a sociedade, e o estado dizer de que forma estão gastando esses mais de R\$ 3 milhões no Hospital Regional de Araranguá.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Só para endossar o pronunciamento de v.exa., deputado José Milton Scheffer, hoje recebemos o relatório anual da secretária de estado da Saúde com os investimentos realizados no ano de 2013. O Hospital Regional de Araranguá recebeu R\$ 1,8 milhão para investimentos nas emergências dos hospitais.

Então, isso endossa o pronunciamento de v.exa. Também nos recursos da Rede Cegonha o Hospital Regional de Araranguá foi contemplado com R\$ 106 mil. É bem como disse v.exa., o governo do estado tem mantido, investido, e recursos não faltam, mas a luta é pela transparência na aplicação dos recursos.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço a contribuição, deputado.

Isso é verdade. A questão financeira foi resolvida. O que está faltando agora é a questão de administração, transparência, comunicação com a sociedade, de atender com melhor eficiência e qualidade à população.

Aprovamos um pedido de informação no último dia 18, através do qual estamos pedindo cópia desse termo aditivo de R\$ 900 mil, para saber no que vai ser aplicado. E também estamos pedindo informação para a secretaria da Saúde sobre a fórmula de acompanhamento que a secretaria da Saúde procede em relação à gestão do atual contrato celebrado com a organização social em questão, como o governo está fiscalizando os recursos. Nós estamos aguardando para os próximos dias essas informações.

Quero deixar registrado que se precisar haver uma comissão de investigação sobre esse contrato, podem contar com o apoio deste deputado. Transparência é necessário, e estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, cumprimento todas as pessoas que acompanham esta sessão, as lideranças aqui nominadas.

Gostaria, neste momento, de abordar um assunto de grande importância para o povo brasileiro, que tem trazido resultados importantes, que é o programa Minha Casa, Minha Vida, um programa do governo federal destinado às pessoas que estão atrás do sonho da casa própria. Com base nesse sonho milhões e milhões de brasileiros buscam o Programa Minha Casa, Minha Vida que tem transformado a vida de muita gente. Então, queria trazer esse assunto a esta Casa.

Esse programa tem cinco anos de existência e já entregou 1.500.000 chaves e logo mais famílias estarão realizando esse sonho porque, além desse número de casas já entregues, já foi contratada a construção de mais 1.700.000 novas casas em todo o Brasil. Somente no governo da atual presidente foi

contratada a construção de 2.240.000 casas, grande parte delas já entregue. Essas ações não param por aí. Em 2014, serão contratadas 510 mil casas, cumprindo a meta de 2.700.000 casas até o final de 2014. Esses números mostram o sucesso do Minha Casa, Minha Vida desde a sua criação.

Queria inclusive fazer um parêntese para contar um relato de uma viagem realizada em 2003. Na época eu estava, como prefeito de Concórdia, em Brasília e acabei sendo incluído na comitiva do presidente Lula que foi ao Rio de Janeiro, na Petrobras, a Porto Alegre e Santa Catarina.

Nós acompanhamos ali no avião, na cabine, no local onde estava o presidente, o qual falou ali, naquela ocasião, que precisava ter no Brasil um grande programa habitacional que atendesse maciçamente às pessoas e que essa era uma meta que ele queria levar adiante.

Obviamente que isso depois se materializou nos programas, nos debates, e os resultados são esses que estamos apresentando aqui. Por trás desses números estão as milhões de pessoas, de famílias que até então nunca conseguiram realizar esse sonho da casa própria e que agora estão tendo a oportunidade de fazer um financiamento que cabe no seu bolso.

As famílias de baixa renda recebem um subsídio do governo que ajuda como parte do valor da casa. É um esforço não somente do governo, mas também das famílias que lutam diariamente para realizar o seu sonho de ter casa própria, de ter o seu local de morada, de não precisar pagar aluguel, enfim, de ter o seu lar. Esse programa financia para pessoas com renda de até cinco salários mínimos, até cinco mil por mês, as condições de financiamento que variam de acordo com a renda.

Então, não vou aqui entrar em detalhes da questão específica do valor da prestação, mas de acordo com a renda das famílias há um financiamento, e no caso de família de baixa renda, quanto menor a renda, mais possibilidade tem de conseguir um subsídio. Por exemplo, uma família com renda familiar de até R\$ 1.600,00 paga apenas uma prestação de 5% da sua renda. Esse é um

dato importante que com o programa Minha Casa, Minha Vida as pessoas de baixa renda também tiveram oportunidade de ter a sua casa e de ter a sua moradia. Quem ganha um pouco mais, pessoas com renda de até R\$ 5 mil, podem financiar também a prestação, cabendo dentro das suas possibilidades.

Então, queria dizer que esse programa, além de trazer o sonho para as pessoas da casa própria, tem também ajudado a alimentar essa geração de empregos importantes que o Brasil teve. Inclusive, no mês de fevereiro, nós tivemos uma geração extraordinária de empregos, na faixa de 26 mil novos empregos no país. Cento e onze por cento a mais do número de empregos gerados, no mesmo período, no ano anterior. E com certeza é uma das alavancas da geração de empregos o programa Minha Casa, Minha Vida, um programa em parceria entre a Caixa Econômica Federal e o governo federal.

Também é importante ressaltar que dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida existem dois modelos ali: O Programa Nacional de Habitação Urbana e o Programa Nacional de Habitação Rural, que são importantes.

Nós que viemos da área rural, deputado Sargento Amauri Soares, sabemos da importância desses programas. No passado até se encontrava financiamento para fazer aviários, para fazer chiqueirão, mas não tinha recurso para habitação rural, para casa na área rural. E o programa Minha Casa, Minha Vida criou essa possibilidade e hoje possui recursos não somente para a construção de casas próprias, mas também para a reforma de moradias na área rural. O programa Nacional de Habitação Rural beneficia agricultores e trabalhadores rurais, e o Programa Nacional Urbano destina-se à produção ou aquisição de novas unidades em áreas urbanas.

Vemos, portanto, que o esforço para conseguir a casa própria é muito importante, deputado Maurício Eskudlark, e tem sido um sonho.

Nós sabemos que muita gente ainda não atingiu o sonho. Falamos desses milhões que já conseguiram, mas mais gente precisa. Nós esperamos e apostamos que esse programa continue por mais

anos e que venha beneficiar mais gente como está beneficiando hoje.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que esta Casa aprovou a mudança para inclusão como região metropolitana em mais 94 municípios. E parabênizo o IBGE, o Ministério das Cidades e, especialmente, a Caixa Econômica Federal, porque a tramitação para inclusão e aumento do valor financiável nesses municípios teve um procedimento bastante rápido.

Então, é um projeto que atende a uma grande parte da população brasileira, realiza o sonho de o cidadão ter a casa própria, e no projeto aprovado pela Assembleia Legislativa a rapidez da Caixa Econômica Federal também foi grande.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito importante esse registro. Inclusive v.exa. foi ativo e participante da articulação para a aprovação desse projeto da região metropolitana, que trouxe mais benefícios no conjunto desse programa, beneficiando muitas pessoas.

Portanto, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero deixar registrada a importância desse programa e o desejo de que o mesmo se mantenha e amplie-se cada vez mais para que mais brasileiros possam ter a sua moradia, a sua casa, o seu direito à habitação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc

Digital, vereadores de Araranguá presentes nesta sessão, quero registrar que na sexta-feira que vem, na ACIJ, ocorrerá uma reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, e esperamos que se façam presentes deputados federais e senadores de Joinville e região, deputados estaduais, possivelmente os vereadores, para tratar da duplicação da BR-280 e também fazer o debate sobre o contorno ferroviário.

Nessa reunião estará presente o diretor-geral da ANTT, sr. José Luiz Macedo Bastos, e esperamos que ele explique a demora da referida duplicação, a retirada dos trilhos de trem de dentro de Joinville e das cidades da região, porque todos os dias moradores enfrentam de manhã, tarde e noite trens enormes atravessando a cidade e atrapalhando muito o trânsito. Por isso, esperamos que o referido diretor-geral, na sexta-feira, traga para Joinville e região explicações e ações para a duplicação. E que o contorno ferroviário da região se concretize.

Também, quero falar que Joinville tem a Festa do Pato, do Cará, do Bandoneon Fest, da Polenta, das Flores e, agora, terá a I Festa Regional do Palmito que será organizada na Sociedade Rio da Prata, no distrito Pirabeiraba, bem como teremos o I Seminário Regional das Palmeiras, na mesma sociedade.

Então, o evento acontecerá num domingo, dia 30 de março, e terá oito pratos preparados a partir da pupunha. E esperamos comercializar dois mil quilos desse tipo de palmeira.

A região de Joinville tem 80 produtores desse tipo de palmeira.

Dizem que o comércio e a produção da pupunha cresce a cada ano 25%, desde 2009, quando foram registradas a produção, segundo a Epagri da região de Joinville.

Em 2009 a produção de pupunha teve um faturamento de R\$ 13 milhões. E no ano passado, a produção de pupunha foi de R\$ 52 milhões.

Então, realmente o tamanho da produção e do faturamento já justifica essa primeira festa regional do palmito, em Pirabeiraba, para fazermos

mais a divulgação dessa produção e dessa cultura da região de Joinville.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, ouvintes que nos acompanham pela TVAL, nesta tarde.

Embora os servidores não estejam mais presentes neste plenário, os servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial, quero repercutir aqui a justeza da pauta de reivindicações dos servidores.

Falam muito aqui e trabalhamos no sentido de construir políticas públicas para atendimento às pessoas especiais. No entanto, os servidores públicos que têm essa atribuição estão sempre relegados a último plano, na hora da discussão de direitos inclusive de ordem salarial.

Estou aqui com uma carta da Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial, com nove pontos.

1 - Implantar novo plano de carreiras de vencimentos que atendam a especificidades da Fundação Catarinense de Educação Especial;

2 - Antecipar o cronograma de pagamento da gratificação de produtividade para agosto de 2014 em cota única, alcançando 100% da gratificação por atividade fazendária, GAF, conhecida gratificação de produtividade;

3 - Garantir a isonomia das gratificações estendendo a todos os servidores da recém-criada gratificação de pró-eficiência;

4 - Cumprir a lei da data-base de 2011;

5 - Repor os vencimentos das perdas salariais de 2006 a 2011, de acordo com a inflação do período;

6 - Garantir condições adequadas de acesso permanência e atendimento aos usuários em condições salubres dos ambientes de trabalho;

7 - Reajustar o valor das diárias do vale alimentação em 100%;

8 - Negociação dos dias parados dos servidores em greve.

Essa é a pauta de reivindicação dos servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial.

É preciso, sim, políticas públicas, destinar recursos, mas existe uma estrutura pública, que é o que está expresso aqui tanto nas demandas salariais de carreira, mas também de adequação da estrutura física para o melhor atendimento à população.

Fica o nosso apoio tanto a essa pauta e à demanda para que o governo ouça e discuta com esses servidores.

Acerca da denúncia e da informação trazida pela deputada Ana Paula Lima, do estuprador confesso, de Blumenau, que foi libertado, mandado embora pelo juiz em 12h de prisão, quero dizer que entendo que a lei existe e que deve ser cumprida, que a autoridade pode cumpri-la e deve cumprir. Então, talvez se queira dizer que a lei é branda, mas na verdade é que as autoridades estão sendo brandas, porque com certeza a lei não determina que o estuprador confesso seja solto. Esta foi uma atitude discricionária do juiz, aliás, atitude discricionária e incorreta, antissocial, do juiz em questão.

Por fim, quero dizer que conheço a pauta da comunidade de Araranguá, presente nesta Casa na tarde de hoje. E li integralmente o relatório da Aciva, Associação Comercial e Industrial do Vale de Araranguá, inclusive como forma de acumular informações a respeito do prejuízo para a sociedade, trazidas pela política de privatização do serviço público na área da Saúde.

Somos contra toda a privatização do serviço essencial. E na área da Saúde isso é muito grave, pois entendemos que afeta a Constituição da República, porque o estado está terceirizando a função de um hospital inteiro.

A sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, a SPDM, sequer tem reconhecimento público como entidade em Santa Catarina,

desrespeita a população do vale do Araranguá, toca também o serviço móvel de urgência com questionamento na justiça do Ministério Público, mas agora ganhou a licitação do Hospital Florianópolis.

A SPDM, Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, não tem legitimidade nem autoridade em Santa Catarina para prestar serviço de saúde. Vieram a esta Assembleia Legislativa com arrogância, como querendo dizer que em nosso estado temos que ouvir e acreditar no que diz.

Parabéns a vocês de Araranguá, parabéns à Câmara Municipal desta cidade e lideranças locais pelo trabalho de mobilização contra esse abuso existente no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - É uma honra muito grande ter a presença neste plenário dos vereadores de Araranguá, da imprensa, lideranças, presidente da Câmara de Vereadores, que estão neste Parlamento para discutir questões que são fundamentais para toda a sociedade.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fazer o registro da presença do vice-prefeito de Bocaina do Sul, sr. Luiz Carlos Schmuler, acompanhado pela representante da beleza daquela terra, representada pela rainha Janaina Zonatto e pelas princesas Sabrina Córdova e Mariele Franco.

Sejam todos bem-vindos.

Teremos lá uma programação muito boa, sr. presidente. Vai ter até polenta com porco no tacho, no lançamento da 34ª Edição da Mostra do Campo; também teremos a 19ª Cavalgada e o 9º Rodeio Crioulo.

Nós participamos da festa, no domingo passado, prestigiamos o rodeio, que nesta cidade é tradicional, até porque as instalações de Bocaina do Sul são invejáveis, é a melhor estrutura para festa do estado de Santa Catarina.

Por isso, vamos propor, não dessa vez, para se fazer o Rodeio dos Campeões, como já foi feito em Chapecó. Muito obrigado, pela presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao deputado Darci de Matos, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo falar neste horário sobre dois assuntos. O primeiro deles diz respeito aos lotéricos do nosso estado.

Temos exatamente 480 lotéricas em Santa Catarina. E tive o prazer de participar neste sábado do Congresso dos Lotéricos do Sul do Brasil, Paraná e Santa Catarina. E precisamos prestar um pouco mais de atenção no excepcional trabalho que as lotéricas realizam em Santa Catarina, sobretudo no Brasil.

Tivemos aqui, há quatro anos, um embate sobre uma lei, que conseguimos reverter, que tratava da segurança nas lotéricas, o que se faz necessário, mas não com o dinheiro do faturamento das lotéricas, que na sua grande maioria são deficitárias.

A segurança das lotéricas é uma atribuição da Caixa Econômica, porque elas estão prestando um serviço público. E as lotéricas estão nos longínquos municípios do interior de Santa Catarina e nos bairros periféricos das nossas cidades. As lotéricas fazem aquilo que os bancos não querem mais fazer. Inclusive atendem às pessoas aos sábados. Certamente aqui todos utilizam uma lotérica para fazer os seus pagamentos, assim como eu utilizo.

Portanto, as lotéricas cumprem um papel social de fundamental importância e estão com muitas dificuldades. E a Caixa Econômica não tem tratado

a questão da segurança das lotéricas; não tem tratado da atualização das tarifas de autenticação das lotéricas; não tem prestigiado, não tem dado atenção às lotéricas de Santa Catarina e do Brasil.

Portanto, esse congresso que foi realizado aqui em Florianópolis e dirigido pelo presidente do Sindicato dos Lotéricos do nosso estado, o empresário Gilmar, da cidade de Criciúma, foi muito prestigiado.

Nós queremos, neste momento, externar os nossos incentivos, o nosso reconhecimento, o nosso desejo de ajudar as lotéricas para que elas continuem, mesmo com muitas dificuldades, atendendo os trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil.

Muitas vezes, deputado Sandro Silva, lá no seu bairro, em Paranaguamirim, no Ana Júlia, as pessoas diziam: "Deputado, precisamos de uma lotérica aqui neste bairro". Por quê? Porque a lotérica atende as pessoas, inclusive aos sábados. A lotérica faz aquilo que o banco, que tem como objetivo único e exclusivo o lucro, muitas vezes não quer fazer. A missão das lotéricas é, poderíamos afirmar sem medo de errar, a inclusão social.

Portanto, aos lotéricos de Santa Catarina e do Brasil quero dar parabéns pelo trabalho. Estamos reconhecendo aqui de público a importância que tem as lotéricas para os municípios do interior, para os nossos bairros e, sobretudo, para os trabalhadores catarinenses.

Deputado Dóia Guglielmi, quero falar aqui rapidamente também de mais um assunto que é delicado, um assunto que nos remete a uma reflexão e a uma extrema preocupação, que diz respeito aos bombeiros voluntários e aos bombeiros militares.

Esta Casa, nos dois últimos anos, nos dois embates que tivemos da PEC e da lei do poder de polícia aos bombeiros militares, teve êxito naquilo que defendeu no que diz respeito à necessidade urgente e premente da preservação dos bombeiros voluntários.

Deputado Reno Caramori, v.exa. que é um deputado de muitos mandatos e que há muitos anos defende os bombeiros voluntários, eu comecei há pouco tempo, há sete anos, que está aqui há mais de 20 anos levantando essa bandeira, sabe que os bombeiros voluntários existem há 121 anos no estado de Santa Catarina, mais precisamente criados, organizados na cidade de Joinville.

Deputado Dóia Guglielmi, nós não somos contra os bombeiros militares, de forma alguma. Eles fazem um trabalho de excelência nos municípios de Criciúma, de Florianópolis, de Canoinhas, de Blumenau, de Brusque e por aí afora, e nós o parabenizamos por isso. A nossa única discordância é exatamente o fato de os bombeiros militares, ao invés de se instalarem nos 170 municípios que não têm bombeiros, instalam-se nos municípios que têm bombeiro voluntário. Com isso nós discordamos, porque não há necessidade. Essa é uma irracionalidade, deputado Silvio Dreveck.

Se Joinville tem bombeiro voluntário de excelência, não é necessário bombeiro militar naquele município e sim no interior de Santa Catarina, nos municípios que não têm corporação! Isso é justo, é racional!

Pois bem: voltamos à lei que dá poder de política ao bombeiro militar de Santa Catarina. Evoluímos, avançamos e inseri duas emendas no projeto de lei. A primeira emenda que dava competência privativa aos bombeiros voluntários foi considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Nós respeitamos a decisão do referido Tribunal, mas lamentamos, divergimos e nos entristecemos, porque estamos fazendo aquilo que os Estados Unidos fazem há alguns séculos, e agora estamos trabalhando de forma contrária àquilo que eles iniciaram há muitos séculos, que é incentivar o voluntariado.

Então, essa decisão foi um golpe fatal no coração do voluntariado de Santa Catarina e, sobretudo, no coração dos bombeiros voluntários do nosso estado.

Mas, deputado Dóia Guglielmi, no art. 12, § 1º, da lei que concede o poder de polícia aos

bombeiros militares, eu incluí uma segunda emenda que foi preservada. E essa emenda manteve, para a nossa alegria, o poder de polícia da prefeitura municipal. E se diz que quando há convênio da prefeitura com o bombeiro voluntário, o bombeiro voluntário pode, sim, fiscalizar nesses municípios.

Faço, portanto, a leitura do § 1º do art. 12 da lei que concede o poder de polícia aos bombeiros militares de Santa Catarina, com procedência do Executivo, do PL n. 0065/2013:

(Passa a ler.)

“São autoridades competentes para lavrar auto de infração e responsáveis pelas vistorias e fiscalizações os Bombeiros Militares, e podendo os municípios delegar competências aos Bombeiros Voluntários.”

Portanto, deputado Reno Caramori, que é o grande defensor, com alguns outros deputados deste Parlamento, dos Bombeiros Voluntários, este parágrafo mantém o poder de polícia dos prefeitos, que é delegado pela Constituição Federal, deputado Neodi Saretta, que também tem levantado essa bandeira na cidade de Concórdia, no estado de Santa Catarina. Mantém o poder de polícia do prefeito municipal, delegado pela Constituição Federal e pelas urnas democraticamente. E o prefeito pode, sim, fazer convênio com os Bombeiros Voluntários, e os Bombeiros Voluntários podem e devem continuar fiscalizando, sim.

Agora, os Bombeiros Militares, também com o poder de polícia estadualizado, podem fiscalizar Joinville. E eu pergunto, deputado Silvio Dreveck, é racional, é aceitável que tenhamos 170 municípios sem corporação e que os Bombeiros Militares não vão para esses pequenos municípios? Mas em Joinville, Concórdia, Caçador, Jaraguá ou São Francisco pode haver uma dupla fiscalização, pois já existe o Bombeiro Militar lá, deputado Maurício Eskudlark.

Como é que fica a Tupi, por exemplo, se ela for fiscalizada no dia de hoje pelo Bombeiro Voluntário e, no dia de amanhã, pelo Bombeiro Militar? Pelo Bombeiro Voluntário sem custo e pelo

Bombeiro Militar com um custo de R\$ 0,47 por metro quadrado. Como é que fica o empresário, deputado Ismael dos Santos? Confuso, angustiado, revoltado. É isso que nós queremos evitar.

Então, vamos ao governador João Raimundo Colombo solicitar que, como chefe maior do bombeiro, da corporação, recomende aos bombeiros militares, mesmo eles tendo a competência da fiscalização, do poder de polícia recorrente, que não façam a fiscalização nas cidades que têm Bombeiro Voluntário. Que eles usem o bom senso e se instalem, que continuem trabalhando onde estão, como é o caso aqui de Florianópolis, e que vão para os 170 municípios onde não têm nenhum tipo de corporação.

Por favor, vamos usar o bom senso e não vamos confundir a cabeça da população catarinense, sobretudo dos empresários.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Depois da Ordem do Dia, a sessão será suspensa por dez minutos, para que possamos ouvir as lideranças que vieram de Araranguá.

O sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, já está presente e vai conduzir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0193/2.014, de autoria do governador do estado, que fixa os valores de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Essa medida provisória que trata da questão do magistério catarinense está sendo prevista dentro do percentual em nível nacional de 8,32%, sendo parcelada em três vezes. Hoje de manhã tive a oportunidade de relatar, na comissão de Justiça, a admissibilidade da medida provisória.

Então, as dúvidas todas obviamente serão discutidas no momento oportuno, nas comissões de mérito, mas a medida provisória atende a todos os encaminhamentos pertinentes à legislação, quanto à sua admissibilidade.

Seria isso, sr. presidente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, como se trata apenas da admissibilidade, já fizemos isso na comissão de Constituição e Justiça e vamos aqui também votar pela admissibilidade. Mas já fazendo o registro da insatisfação da categoria do Magistério em Santa Catarina, principalmente pela não proposta de descompactação da tabela, que é a grande reivindicação.

Além disso, esse pagamento parcelado será objeto de emenda que vamos apresentar na discussão do mérito. Tratando-se agora, portanto, só da admissibilidade para a sua tramitação, vamos votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Está admitida a Medida Provisória n. 0193/2014.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0194/2014, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.984, de 2013, e estabelece outras providências (Gratificação pelo desempenho de atividades em saúde).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, esta medida provisória tem o processo de discussão entre o governo do estado, secretaria da Saúde, secretaria da Fazenda, secretaria de Administração e o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde de Santa Catarina, Sindisaúde, no sentido da aprovação.

Então, é um acordo existente entre o governo e a representação dos trabalhadores, através do sindicato, cujo presidente Pedro Paulo das Chagas está aqui conosco para a aprovação.

Assim, sou favorável à admissibilidade.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, da mesma forma que fez o deputado Sargento Amauri Soares, pois trata-se da admissibilidade neste momento, também conversamos com os representantes da categoria e coloco isso como sendo um acordo havido da categoria com o governo.

Então, vamos encaminhar o voto nesse caso específico pela admissibilidade. E depois, no decorrer da votação do mérito, poderemos analisar se faremos alguma emenda ou não, mas encaminhamos o voto favorável pela admissibilidade.

O Sr. Deputado Antonio Aguiar - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Antonio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Como membro da saúde e como médico também me manifesto pela admissibilidade da matéria.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Diante da manifestação da comissão de Constituição e Justiça hoje pela manhã, houve um amplo entendimento principalmente no que se refere à discussão com as categorias da Saúde envolvendo órgãos governamentais a partir da secretaria da Fazenda, da Administração e também da secretaria de estado da Saúde.

Esta medida provisória que está aportando nesta Casa tem o consentimento da grande maioria dos servidores desta área.

Portanto, obviamente se houver alguma discussão de mérito, haveremos de discutir na comissão. Mas quanto à medida provisória, concordamos plenamente até na condição de líder do governo pela admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Está admitida a Medida Provisória 0194/2014.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0123/2014, 0124/2014, 0125/2014, 0126/2014, 0127/2014, 0128/2014, 0129/2014 e 0130/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0131/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0185/2014 e 0186/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0187/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0188/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0183/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, dirigido aos gerentes das operadoras de telefonia móvel Tim, Oi, Claro e Vivo, em Santa Catarina, solicitando melhoria na qualidade do sinal e instalação de novas torres de telefonia móvel no município de Iomerê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0018/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, dirigida ao presidente da Câmara dos Deputados e ao deputado federal Edinho Bez, manifestando contrariedade ao Projeto de Lei n. 5.965/2013 e solicitando a retirada de tramitação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, na verdade, essa moção pede a retirada do projeto de lei de autoria do eminente deputado federal Edinho Bez, que trata de um produto inclusive catarinense, que é o vinho. Pela manhã manifestei-me contrariamente, porque entendo que o vinho tinto é até recomendado por médicos, mas desde que se saiba tomar. Todo excesso de álcool é nocivo à saúde. Não vejo por que não deixar tramitar essa matéria no Congresso Nacional, uma vez que lá também pode ser debatido com 500 parlamentares. Assim, vou me manifestar contrário à moção que pede a retirada do projeto de lei de autoria do deputado Edinho Bez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Como a deputada Luciane Carminatti, autora da moção, não está presente, esta Presidência determina a sua retirada da Ordem do Dia de hoje e solicita à assessoria que apenas a inclua novamente quando a deputada Luciane Carminatti estiver para fazer a defesa da sua matéria.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, gostaria de dizer que defendo o vinho, considero-o um alimento.

Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Queria concordar com esse encaminhamento, pois já é a terceira vez que vem essa matéria e coincidentemente nos três momentos a deputada não estava presente. Gostaria de dizer que vou conversar com a deputada para ver se ela vai manter essa posição de manter ou não a moção. Pediria que aguardássemos uma manifestação da deputada autora.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, defendo tanto o vinho e considero-o um alimento que deveria haver um projeto de lei para incluí-lo no Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Determino à assessoria que acolha o encaminhamento feito pelo líder da bancada do PP.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero fazer duas menções: a primeira é que a bancada feminina estava reunida até agora debatendo a questão da violência contra as mulheres; por isso a deputada Luciane Carminatti não está aqui. Ela deve estar retornando dessa audiência em que estávamos presentes.

Também quero fazer referência à presença, neste plenário, do vereador Tiago Silva, da Câmara de Vereadores de Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigada, deputada!

Esta Presidência também cumprimenta e agradece a presença do vice-presidente da Câmara de Vereadores, vereador Tiago Silva.

Moção n. 19, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao superintendente regional do Banco do Brasil, solicitando urgência na instalação do funcionamento da agência no município Calmon.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É mais uma indignação dos catarinenses.

O Banco do Brasil mantém uma sede, um escritório, no município de Calmon há praticamente quatro anos, só atendendo ao povo duas horas por semana. Calmon é um município empresarial, com madeireiras, reflorestadoras que pagam o seu pessoal com cheque; então, eles precisam ter acesso ao banco.

Quando cai o sistema, os coitados dos colonos que vêm lá dos assentamentos, do interior do município, não conseguem fazer as transações. Eles voltam para casa ou precisam ir para uma cidade vizinha. É um verdadeiro absurdo! Então, fiz essa moção e espero alguma atitude. Vou aguardar a resposta para depois tomarmos outras providências.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 20, de autoria do deputado Sandro Silva, a ser enviada ao presidente da Câmara de Deputados, manifestando repúdio pela tramitação do PL n. 7.225/2014, de autoria do deputado federal Rogério Peninha Mendonça, que proíbe a instituição de cotas raciais nos concursos para ingresso no serviço público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Quero defender a moção em função de que se vem fazendo no país, por questão de políticas afirmativas, para pagar uma dívida histórica que este país tem com a população negra.

Sempre digo que esse debate não precisaria estar sendo feito hoje, se lá atrás, quando da libertação dos escravos, o estado brasileiro tivesse concedido, como fez aos colonizadores, também terras, educação, direito ao trabalho digno e assim por diante. Então, de certa forma, estou repudiando esse projeto de lei, porque realmente vem de encontro a tudo que está sendo feito no país para reparação dessa história no Brasil.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, entendo que é uma manifestação de repúdio por uma matéria que tramita no Congresso Nacional e que na verdade estranhemos. Vemos muito projetos na Câmara Federal praticamente fazendo legislações que criam, no fundo, um apartheid.

Nós somos todos iguais, independente de cor, de etnia. portanto, não vou votar favorável a essa manifestação de repúdio a essa matéria que está se debatendo lá no Congresso Nacional.

Não tenho nenhum preconceito, em momento algum, para qualquer tipo de cor, repito, raça ou etnia, porque nós, independente da cor, todos

temos sangue vermelho, alguns mais engrossados pelo vinho tinto, mas de qualquer modo a cor é a mesma.

Então, não vou votar favorável a essa manifestação de repúdio.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de concordar com as argumentações do deputado Sandro Silva, porque acho que o Brasil está em débito e precisa ter uma política de cotas para haver a inclusão social.

Ao mesmo tempo, possamos talvez dialogar no sentido de que um repúdio à tramitação não fosse o termo mais apropriado, já que tratamos de igualdade e inclusão, o que pressupõe o direito dos contrários se manifestarem. E como sugestão quero dizer que voto a favor, mas se trocássemos a palavra "repúdio à tramitação" por "manifestação contrária" ao projeto de lei, porque a palavra repúdio poderia ser apropriada em função da grande dívida histórica que temos no Brasil. Por isso manifesto essa posição.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, entendo que a palavra repúdio é um tanto quanto dura, mas pedi à assessoria num momento que estava realmente muito indignado, porque o governo federal encaminhou um projeto para garantir cotas para negros e indígenas no Congresso, que está tramitando. Por isso, ficamos indignados, mas aceito a sugestão, para mudar a palavra "repúdio" para "manifestação", do deputado Neodi Saretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns por sua manifestação. Esta Presidência

determina a retirada da presente moção da pauta de hoje, para que seja devolvida à assessoria do gabinete do deputado Sandro Silva, para que agora com toda serenidade possa apresentar uma nova moção.

Moção n. 0021/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, solicitando apoio para que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 4.434/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0024/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre quais ações foram consolidadas a partir da I Conferencia Estadual de Saúde do Trabalhador no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0025/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao comandante-geral da Polícia Militar do estado, solicitando informações referentes aos motivos utilizados para punir os servidores da Segurança Pública, do subgrupo oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, segundo o Regulamento Disciplinar da PMSC e o Código Penal Militar nos últimos cinco anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes às pessoas instaladas nas residências, nos quartéis da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, e às instaladas fora dos quartéis, alugadas ou de propriedade do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu dois requerimentos e também comunica que será a última concessão a ser dada.

Nós temos um acordo de líderes. E quero lembrar a todos os líderes que fui cobrado, hoje, por alguns líderes.

Pelo acordo, em cada sessão poderemos fornecer dez minutos de tempo, deputado Antônio Aguiar, e pela segunda semana consecutiva temos numa mesma sessão dois requerimentos. Então, em respeito aos nossos amigos da Fecomércio, que haviam solicitado e que aqui estão, e à nossa gente de Araranguá, que também compareceu, faremos a última concessão na tarde de hoje.

Assim, acordo de líderes tem que ser cumprido, senão, esta Presidência fica em uma situação de ter que dar explicações, como tivemos que dar na manhã de hoje.

Então, quero alertar em plenário que não faremos outra concessão. Vamos seguir aquilo que o acordo de líderes estabelece de concedermos apenas dez minutos por sessão para as manifestações.

Esta Presidência recebeu o Of. n. 61/2014, com o seguinte teor:

“Os líderes desta Casa vêm requerer a suspensão da sessão ordinária, após a Ordem do Dia do dia 25 de março de 2014, pelo tempo estipulado regimentalmente, para que o sr. Bruno Braita, presidente da Fecomércio, realize o lançamento para a sociedade catarinense da agenda política legislativa do comércio de bens de serviços e turismo de 2014.”

O requerimento preenche os requisitos e está subscrito por todos os srs. líderes.

Na sequência, também recebemos o requerimento com o seguinte teor: por acordo de lideranças os deputados que abaixam subscrevem, com amparo no art. 65, inciso, I, letra i, do pergaminho regimental, requerem a suspensão da sessão do dia 25 de março, terça-feira, do corrente ano, pelo prazo de dez minutos, para a manifestação do sr. presidente da Câmara de Vereadores do município de Araranguá, sr. Ozair da Silva, que falará sobre a situação do Hospital Regional de Araranguá, acompanhado dos demais membros daquela Câmara Municipal de Vereadores.

O requerimento também preenche as exigências do nosso Regimento Interno.

Portanto, esta Presidência determina a suspensão da presente sessão.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.